



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

**1º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE NOVA FRIBURGO, com
competência cível e criminal.**

Juiz Federal Titular: DR. ELMO GOMES DE SOUZA

Juiz Federal Substituto: DR. CELSO ARAÚJO SANTOS

Partindo de levantamentos realizados no questionário pré-correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 09 a 13 de novembro de 2015, a correição ordinária eletrônica do 1º Juizado Especial Federal de Nova Friburgo/RJ, em decorrência da qual seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

- Continuar o cumprimento das Metas do CNJ;
- Cadastrar corretamente o movimento “Audiência” no Sistema Apolo;
- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
- Verificar a devolução do processo n.º 0500324-68.2015.4.02.5155, remetido para a CEF em 09/09/2015;
- Regularizar os processos suspensos em que não exista determinação para suspensão, cujo motivo para suspensão já tenha cessado e cujo motivo para suspensão tenha sido cadastrado equivocadamente;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Atentar para a inserção da classificação de sentença no corpo do referido ato, o qual deve corresponder ao tipo de sentença registrada no sistema Apolo, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006;
- Observar e retificar, quando possível, a classificação das sentenças, de forma a evitar a classificação como “vazias”;
- Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
- Promover o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro das apreensões/autuações de bens em procedimentos cíveis e criminais (artigo 203 da CNCR), procedendo a sua atualização, à medida em que for dada destinação aos bens apreendidos/autuados (destruição, devolução, perdimento ou alienação antecipada);
- Regularizar o cadastro e o armazenamento dos materiais apreendidos, que se encontram no almoxarifado do Setor Administrativo, promovendo a sua correta destinação.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Conforme o Ofício n.º 13.667/2015 – MPF/PR/RJ/GABPC, de 22/09/2015, e Portaria PR-RJ n.º 1.258, de 21/09/2015, o Procurador da República Dr. João Felipe Villa do Miu foi designado para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Presencial na Vara Única de Friburgo/RJ, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente no local para tanto.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: Dr. Elmo Gomes de Souza, em exercício desde 28/02/2011.

. Substituto: Celso Araujo Santos, em exercício desde 07/01/2013.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados no Juizado: 12

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 06

Técnico Judiciário/Segurança: 00

Auxiliar Judiciário: 01

Estagiários: 03 (previstos: 04)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição.

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Maio/2013		Correição Setembro/2015	
	Cível	Criminal	Cível	Criminal
Total	1.185	11	2.062	11
Suspensos	391	07	1.085	04
Tramitação ajustada	794	04	977	07
Total Geral (Em tramitação)	798		984	

Fonte: Relatório da Correição Ordinária eletrônica realizada em 2013 e Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 03/11/2015.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Período	01/11/2014 a 31/10/2015		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	2.978	52,38	6
Decisão	1.215	21,37	10
Sentença	1.492	26,24	32
Total Geral	5.685	100,00	14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Mapas: Planilha Apolo Excel – Intimados. Posição em 03/11/2015.

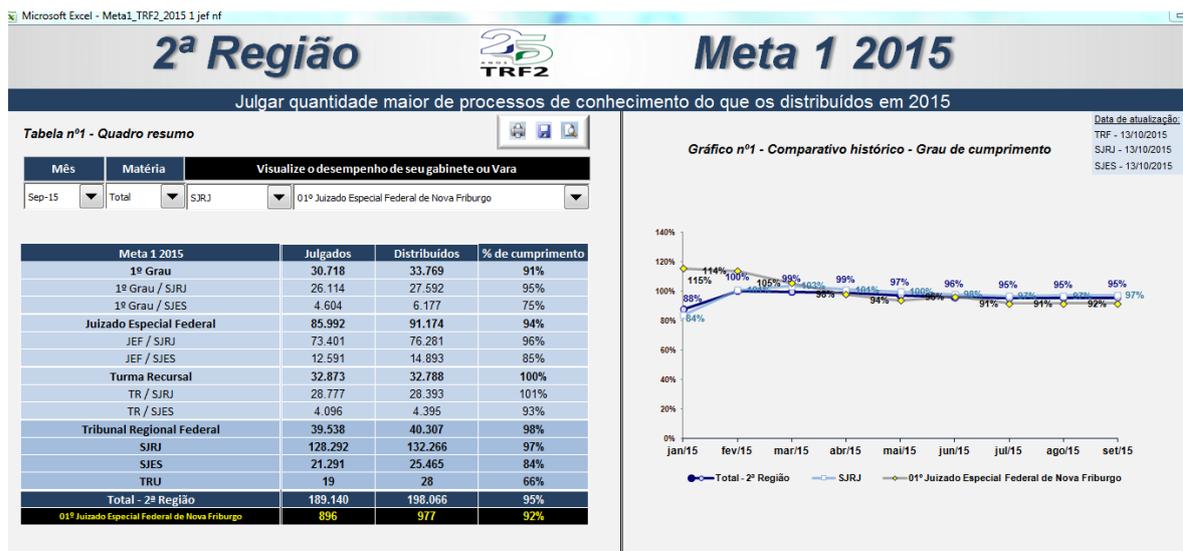
→ METAS DO CNJ

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/05/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 92%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 04/11/2015.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação: 00 processos pendentes, como se verifica do quadro a seguir:

Microsoft Excel - Meta2_TRF2_2015 (19)

2ª Região Meta 2 2015

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 27/10/2015
SJRJ - 26/10/2015
SJES - 27/10/2015

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
out/15	100%	SJRJ	01º Juizado Especial Federal de Nova Friburgo			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.201	66.188	3.219	69.407	4.794	94%
1º Grau / SJRJ	65.473	58.372	2.861	61.233	4.240	94%
1º Grau / SJES	8.728	7.816	358	8.174	554	94%
Juizado Especial Federal	96.266	93.979	1.635	95.614	652	99%
JEF / SJRJ	75.309	73.414	1.292	74.706	603	99%
JEF / SJES	20.957	20.565	343	20.908	49	100%
Turma Recursal	23.698	23.559	131	23.690	8	100%
TR / RJ	19.650	19.628	18	19.646	4	100%
TR / ES	4.048	3.931	113	4.044	4	100%
TRF	15.412	10.222	2.018	12.240	3.172	79%
SJRJ	160.432	151.414	4.171	155.585	4.847	97%
SJES	33.733	32.312	814	33.126	607	98%
Total - 2ª Região	209.577	193.948	7.003	200.951	8.626	96%
01º Juizado Especial Federal de Nova	855	855	0	855	0	100%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

- Acervo pendente TRF
- Acervo pendente SJRJ
- Acervo pendente SJES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 04/11/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 04/11/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 107%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região **Meta 5 2015**

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

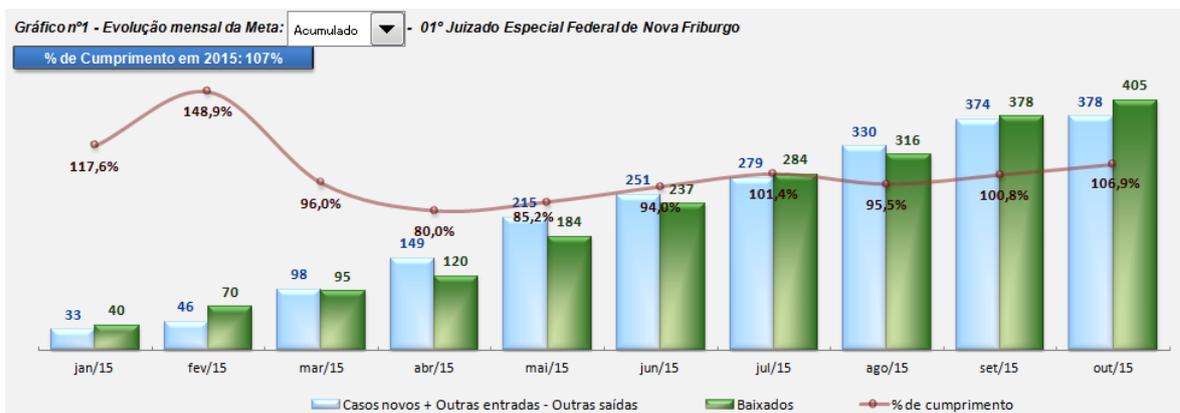
Mês: out/15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 01º Juizado Especial Federal de Nova Friburgo

Data de atualização: S,RJ - 03/11/2015 | S,ES - 03/11/2015

Percentual de cumprimento = $(\text{P5.3}) / (\text{CP5.1} + 1 + \text{P5.5} - \text{P5.7}) \times 100$

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	17.106	15.661	11.406	10.389	34.781	86%
1º Grau / SJRJ	26.873	12.249	12.537	9.323	8.749	26.959	98%
1º Grau / SJES	5.646	4.857	3.124	2.083	1.640	7.822	59%
Juizado Especial Federal	11.593	26.811	28.913	2.206	1.605	10.092	105%
JEF / SJRJ	10.164	23.102	25.024	1.915	1.327	8.830	106%
JEF / SJES	1.429	3.709	3.889	291	278	1.262	104%
SJRJ	36.837	35.351	37.561	11.238	10.076	35.789	103%
SJES	7.075	8.566	7.013	2.374	1.918	9.084	78%
Total - 2ª Região	43.912	43.917	44.574	13.612	11.994	44.873	98%
01º Juizado Especial Federal de Nova Friburgo	79	388	405	15	25	52	107%

Verifique o Acervo Meta5 atual:



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau)

Não se aplica.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o gráfico disponível no Portal de Estatísticas da 2ª Região, em 04/11/2015, o juízo correccionado não integrava a listagem respectiva, impossibilitando a extração do relatório.

Fonte: Mapa extraído do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 04/11/2015.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica.

➔ AUDIÊNCIAS (DE 03/11/2014 A 30/10/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 308 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 10/11/2014 e a última de 21/10/2015.

De acordo com o questionário pré-correição, item 3.2 foi extraída a seguinte informação:

“Número de Audiências agendadas e realizadas, no período de Levantamento: 362 audiências.”

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e Questionário pré correição.

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

1. INICIAIS

(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Existe, para armazenamento das iniciais das ações, o local virtual indicado a seguir:

INICIAIS PARA ANÁLISE – nenhum documento localizado neste local virtual em 12/11/2015 às 12h55min.

De acordo com o questionário pré-correição:

“Assim que chegam à Secretaria as petições iniciais são analisadas prioritariamente por um servidor que faz um “check list” dos principais pontos a serem observados, utilizando-se como referência as exigências previstas no art.282 do CPC, e a análise individualizada dos casos em que são apontadas eventuais prevenções”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 12/11/2015, às 12:55 h, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

Foram encontrados 4 (quatro) documentos, sendo o mais antigo de 06/11/2015, referente ao processo nº 0136278-46.2015.4.02.5155.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 06/11/2015, às 18:14 h.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado, o 1º JEF adota o procedimento citado abaixo para verificação da prevenção:

“Os processos distribuídos com informação de prevenção, litispendência e/ou coisa julgada são processados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis desde a entrada na Secretaria do Juízo. Durante o período da inspeção os processos que estavam nessa condição foram analisados e despachados”.

Fonte: Relatório de Inspeção Anual, item 8, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08884, de 08/06/2015, realizada no período de 25/05/2015 a 29/05/2015.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	03/11/2015
Conclusão até	02/11/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	1	50,00
Decisão	1	50,00
Sentença	0	0,00
Total Geral	2	100,00

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00348871620154025101 - processo com 62 dias de conclusão. Juizado Especial Cível, vencimentos ou proventos de servidores públicos. Ação redistribuída em 02/09/2015. Processo concluso para decisão em 12/11/2015. Decisão proferida em 12/11/2015, prazo de 10 dias para a parte providenciar termo de renúncia aos valores que excederem ao teto limite do juizado; juntar comprovante de residência atualizado; regularizar a sua representação (endereço diverso do informado na inicial); se manifestar quanto à certidão juntada aos autos que noticia a existência de coisa julgada parcial; citação da parte ré para apresentar resposta no prazo de 30 dias; após, conclusão. Último andamento processual, intimação de decisão, registrada no sistema em 13/11/2015. Decisão proferida durante o período de correição.

00252654220154025155 - processo com 34 dias de conclusão. Juizado, ação previdenciária, benefício previdenciário. Ação distribuída em 17/03/2015. Processo concluso para despacho em 30/09/2015. Último andamento processual, conclusão para despacho.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, em 16/11/2015.

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

Posição em	03/11/2015
Último Movimento até	02/11/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	51	69,86
Mais de 60	22	30,14
Total Geral	73	100,00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00004609320134025155 - processo parado há 224 dias. Juizado Especial Cível, vencimentos ou proventos de servidores públicos. Ação redistribuída em 15/08/2013. Informação de secretaria em 27/02/2014, os RPVs cadastrados nos autos foram enviados para o TRF da 2ª Região para requisição dos pagamentos e estarão disponíveis para saque a partir de 60 dias. Último andamento processual em 24/03/2015, reativação de suspensão. Este processo está suspenso (requisição de RPV).

00686478520154025155 - processo parado há 105 dias. Juizado Especial Cível, consumidor, qualidade de produtos e serviços, contratos de Direito Civil. Ação distribuída em 01/07/2015. Concluso para decisão em 02/07/2015. Decisão proferida em 03/07/2015, deferida a gratuidade de justiça; concessão de tutela antecipada; inversão do ônus da prova, na forma do art. 6º, VIII, do CDC para a parte ré apresentar a gravação telefônica, comprovando a manifestação da parte autora no sentido de adquirir título de capitalização; intimação e citação da parte ré para apresentar resposta no prazo de 30 dias. Último andamento processual em 13/11/2015, juntada de petição. Teve andamento processual durante o período de correição.

00358315020154025155 - processo parado há 95 dias. Juizado, ação previdenciária, benefício previdenciário. Ação distribuída em 09/04/2015. Informação de secretaria em 10/07/2015, intimação da parte autora sobre despacho; após, vista à parte autora. Último andamento processual em 31/07/2015, juntada de petição.

05000041820154025155 - processo parado há 92 dias. Juizado, ação previdenciária, benefício previdenciário. Ação distribuída em 14/01/2015. Concluso para sentença em 08/06/2015. Sentença padronizada tipo B2, julgando improcedente o pedido com base no art. 269, I do CPC; gratuidade de justiça indeferida; sem condenação em custas e verbas honorárias (art. 55 da Lei 9.099/95 c/c art. 1º da Lei 10.259/2001). Último andamento processual em 17/08/2015, diligência de intimação distribuída para oficial de justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05002207620154025155 - processo parado há 82 dias. Juizado, ação previdenciária, benefício previdenciário. Ação distribuída em 09/06/2015. Conclusão para despacho em 09/11/2015. Despacho em 11/11/2015, designando audiência de conciliação, instrução e julgamento; deferimento de depoimento pessoal da parte autora; ofício ao Hospital Evangélico. Último andamento processual em 13/11/2015, devolução de remessa. Movimentação processual ocorrida durante o período de correição.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 16/11/2015 às 14:32 h.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA **(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 03/11/2015, 03 documentos, sendo o mais antigo de outubro de 2015, referente ao processo n.º 01332134320154025155.

De acordo com informação obtida no Relatório de Inspeção Anual, acerca das petições pendentes de juntada, nos foi informado o seguinte:

“Ao final dos trabalhos inspeccionais, foi extraído relatório no sistema Apolo, ficando constatado que não havia petição aguardando juntada. (posição em 29/05/2015). Frise-se que não consta qualquer petição pendente que seja vinculada a processo que esteja tramitando nas Turmas Recursais”.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 03/11/2015, e Relatório de Inspeção Anual, item 5, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/08884, de 08/06/2015, realizada no período de 25/05/2015 a 29/05/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS

(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais virtuais para controle de prazos judiciais:

AG. AUDIÊNCIA - Existem 40 documentos, sendo o mais antigo de 14/10/2015, referente ao documento 0081227-50.2015.4.02.5155;

AG. CERTIFICAR TRÂNSITO - Existem 3 documentos, sendo o mais antigo de 04/11/2015, referente ao processo n.º 0500239-82.2015.4.02.5155.

AG. PUBLICAR - Existem 58 documentos, sendo o mais antigo de 22/10/2015, referente ao processo n.º 0114433-55.2015.4.02.5155.

AG. PERÍCIA - Existem 14 documentos, sendo o mais antigo de 18/10/2015, referente ao processo n.º 0500370-57.2015.4.02.5155.

AG. LAUDO PERICIAL - Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 28/10/2015, referente ao processo n.º 0500350-66.2015.4.02.5155;

Visto em 12/11/2015 às 13:10 h.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, **posição em 12/11/2015.**

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Existem os locais virtuais indicados a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RPV's ENVIADAS – ag. informação do depósito - Existem 67 documentos, sendo o mais antigo de 27/10/2015, referente ao processo n.º 0001258-20.2014.4.02.5155;

PRECATÓRIO AG PAGTO – Existem 57 documentos, sendo o mais antigo de 14/07/2014, referente ao processo n.º 0001051-31.2008.4.02.5155;

MESA SILDENIR – expedir alvarás: Existem ** documentos, sendo o mais antigo de 09/11/2015, referente ao processo n.º 0042265-55.2015.4.02.5155;

MESA SILDENIR – Ofícios para Expedir: Existe 1 documento, sendo o mais antigo de 06/11/2015, referente ao processo n.º 0105497-41.2015.4.02.5155;

MESA SILDENIR – intimações: Existem 33 documentos, sendo o mais antigo de 11/11/2015, referente ao processo n.º 0001129-15.2014.4.02.5155;

MESA SILDENIR – Mandados – Diversos (Tut. Lim): Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 03/11/2015, referente ao processo n.º 0500359-28.2015.4.02.5155.

Visto em 12/11/2015, às 14:47 h.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), **posição em 12/11/2015.**

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

Posição em	05/11/2015
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Sistema	0
Documento	0
Total Geral	0

Observação: não há processos, para análise, classificados no sistema Apolo, como segredo de justiça.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/11/2015.**

10. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	11/2014 a 10/2015
	Processos	6.022
	Boletins	117
	Média (Proc. / Bol.)	51,47
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,87

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, **extraído em 03/11/2015.**

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Consta 01 (um) processo com prazo vencido, na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0500324-68.2015.4.02.5155	CEF	09/09/2015	13/10/2015	21

Regularizar a situação do processo no mapa estatístico de processos remetidos do Apolo – Secretaria. No sistema de acompanhamento processual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apolo, o processo consta como devolvido em 21/09/2015 (devolvido pela CEF).

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 03/11/2015, vencidos e não devolvidos até 05/11/2015, e consultas ao Apolo, posição em 05/11/2015.

12.SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

a) Total de processos suspensos (em 03/11/2015): 1.105

- . Cíveis: 1.101
- . Criminais: 04

b) Motivo da suspensão:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

CÍVEIS:

a) Aguardando decisão de instância superior: 647

00002071320104025155, 00011272120094025155, 00013076120074025105, 00009236420084025105 e 00012678920084025155 – Determinada a suspensão dos feitos até julgamento da repercussão geral no RE 1.110.549/RS, em trâmite no STF. **Foram equivocadamente cadastradas como “Aguardando decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral”.**

b) Cumprimento de Precatório/RPV: 211



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00004658620114025155 – Suspenso desde 28/08/2013, sem que tenha sido localizada determinação para suspensão. Outrossim, há certidão nos autos, datando de 03/12/2013, informando que o RPV foi depositado no Banco do Brasil. **Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.**

00004898520094025155 - Suspenso desde 27/11/2013, sem que tenha sido localizada determinação para suspensão. Outrossim, há certidão nos autos, datando de 18/11/2013, informando que o RPV foi depositado no Banco do Brasil e a quantia já foi levantada. **Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.**

00056391820074025155 - Suspenso desde 14/03/2014, **sem que tenha sido localizada determinação para suspensão.**

00000521020104025155 - Suspenso desde 19/05/2014, **sem que tenha sido localizada determinação para suspensão.** Outrossim, há informação nos autos, datando de 09/07/2014, informando que o RPV foi depositado no Banco do Brasil. **Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.**

00003771420124025155 – Suspenso desde 20/01/2015, **sem que tenha sido localizada determinação para suspensão.**

Obs: Não foi localizada, em nenhum dos processos listados, s.m.j., a determinação para suspensão dos feitos.

c) Outros - Fase Conhecimento: 79

00004501520144025155, 00002757420144025105, 00010356720144025155, 00010478120144025155 e 00013128320144025155 - Determinada a suspensão dos feitos até julgamento da repercussão geral no REsp 1.381.683/PE, em trâmite no STJ. **Foram equivocadamente cadastradas**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

como “Aguardando decisão de instância superior”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral”.

d) Outros – Fase/processo execução: 01

00219488920154025105 (eletrônico) - Determinada a suspensão em 08/07/2015, até cumprimento integral da sentença proferida no processo nº 0129129-33.2014.4.02.5155. Contudo, o referido feito encontra-se baixado desde 25/09/2015. **Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.**

e) Pedido uniformização nacional/regional: 01

00018339120084025105 (eletrônico) – Determinada a suspensão em 04/08/2010, até o julgamento do Resp 1.110.549/RS. **Foi equivocadamente cadastrada como “Pedido uniformização nacional/regional”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral”.**

f) Repercussão geral: 161

00002089520104025155 (eletrônico) - Determinada a suspensão em 05/05/2010, até o julgamento do RE 1.110.549/RS.

00016921920084025155 (eletrônico) - Determinada a suspensão em 17/05/2010, até o julgamento do RE 1.110.549/RS.

00018082520084025155 (eletrônico) - Determinada a suspensão em 13/05/2010, até o julgamento do RE 1.110.549/RS.

00044422820074025155 (eletrônico) - Determinada a suspensão em 13/05/2010, até o julgamento do RE 1.110.549/RS.

00002885920104025155 (eletrônico) - Determinada a suspensão em 13/05/2010, até o julgamento do RE 1.110.549/RS.

g) Suspenso – Aguardando julgamento de recurso: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002285220044025105 (eletrônico) - Determinada a suspensão do feito em 03/06/2008, até o julgamento do RE 586068. **Foi equivocadamente cadastrada como “Suspenso – Aguardando julgamento de recurso”, ao invés do motivo específico “Repercussão geral”.**

CRIMINAIS:

a) Art. 89, Lei 9.099/95: 02

00016903920074025105 (físico) – Despacho em 11/07/2013, pela continuação da suspensão, diante do parcelamento. **Foi equivocadamente cadastrada como “Art. 89, Lei 9.099/95”, ao invés do motivo específico “Parcelamento”.**

00003953520124025155 (físico) – Suspenso desde 10/09/2015, **sem que tenha sido localizada a decisão que determinou a suspensão do feito. Não há registro do movimento “Audiência” no sistema Apolo.**

b) Outros – Processos Criminais: 02

00008384920134025155 (físico) – Suspenso desde 05/10/2015, sem que tenha sido localizada a decisão que determinou a suspensão. S.m.j., **foi equivocadamente cadastrada como “Outros – Processos Criminais”, ao invés do motivo específico “Art. 89, Lei 9.099/95”.**

05000137720154025155 (físico) - Suspenso desde 27/05/2015, sem que tenha sido localizada a decisão que determinou a suspensão. S.m.j., **foi equivocadamente cadastrada como “Outros – Processos Criminais”, ao invés do motivo específico “Art. 89, Lei 9.099/95”.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 03/11/2015, e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 10/11/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

13.SENTENÇAS:

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.492

- a. Convertidas em diligência: 225
- b. Embargos de declaração acolhidos: 23
- c. Embargos de declaração acolhidos em parte: 08
- d. Embargos de declaração não conhecidos: 01
- e. Embargos de declaração rejeitados: 18
- f. Extinção da punibilidade – transação / cumprimento condições: 03
- g. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 87
 - ii. Pedido improcedente: 409
 - iii. Pedido improcedente – dispensada a citação: 04
 - iv. Pedido procedente: 149
 - v. Procedente em parte: 147
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 09
 - vii. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 06
 - viii. Pedido procedente com tutela deferida: 176
 - ix. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 65
- h. Sem resolução de mérito: 130
 - i. Desistência da ação: 13
 - ii. Indeferimento da petição inicial: 01
- i. **Vazias: 18**

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0143033-23.2014.4.02.5155
0010638-33.2015.4.02.5155
0018309-10.2015.4.02.5155
0018007-78.2015.4.02.5155
0015572-34.2015.4.02.5155

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0042863-09.2015.4.02.5155
0042299-30.2015.4.02.5155
0041710-38.2015.4.02.5155
0063415-92.2015.4.02.5155
0140967-70.2014.4.02.5155

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0001378-63.2014.4.02.5155
0001339-66.2014.4.02.5155 – sem classificação no corpo da sentença
0001304-09.2014.4.02.5155
0170268-62.2014.4.02.5155
0500019-84.2015.4.02.5155

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0047415-17.2015.4.02.5155
0043313-49.2015.4.02.5155
0041213-77.2015.4.02.5105
0037859-44.2015.4.02.5105
0071586-38.2015.4.02.5155



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

5. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):

0000032-77.2014.4.02.5155 – sem classificação no corpo da sentença
0002174-44.2013.4.02.5105
0001246-45.2010.4.02.5155
0000492-98.2013.4.02.5155 – sem classificação no corpo da sentença
0000395-35.2012.4.02.5155

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, Mapa – Estatística de sentenças e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/11/2015**

**15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR):**

Segundo o questionário pré-correição, o juízo correicionado utiliza o controle via identificadores e acompanhamento via relatórios retirados do Apolo.

16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE:

De acordo com o questionário pré-correição:

“O gabinete controla continuamente os prazos para prolação de sentenças e busca a divisão da elaboração de minutas de sentença por especialidade de assunto. O gabinete do JEF atualmente está desfalcado de uma servidora em licença médica e houve a concomitância de períodos de férias dos servidores em períodos seguidos, o que acarretou um aumento no número de processos aguardando sentenças, situação que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

estamos envidando esforços para resolver no menor prazo possível.”

Fonte: Questionário pré-correição.

17.EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

Fase 18:

			Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	264	264
	Total		264	264

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 17/11/2015.

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO (de 01/11/2014 a 31/10/2015).

(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 900
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 75 dias.

- RPV's:

. Cadastrados: 864

. Enviados: 846

- Precatórios (Parcela única):

. Cadastrados: 36



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Enviados: 00

- Precatórios Parcelados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 03/11/2015

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Total de processos com bens penhorados: 00

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.4.2., alínea “g”), não há bens constritos cadastrados, o que se confirmou através de consulta ao sistema Apolo.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 03/11/2015, e consultas ao andamento processual respectivo, posição até 12/11/2015.

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

Total de acautelamentos/apreensões: 169

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.5.3), “*os bens acautelados são guardados no cofre e em um armário de ferro existentes na Secretaria do Juízo*”.

O Juízo correicionado não possui bens de valor acautelados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ademais, verifica-se que o sistema Apolo não foi abastecido com todos os dados necessários quando do registro das apreensões/acautelamentos, o que gera campos em branco, tais como o destino do bem, quando da extração do relatório de “Relatório de Material apreendido/acautelado”. **Nessa linha, cabe ressaltar a necessidade do correto preenchimento dos campos do sistema Apolo, de acordo com as peças dos autos.**

Por fim, foram encontradas 03 CPUs na sala de almoxarifado do Setor Administrativo, dentro de um armário de ferro em que são guardados materiais do referido Setor, sendo que apenas duas CPUs possuíam identificação, ambas referentes ao processo nº 2006.5105.000234-0. Em consulta ao sistema Apolo, constatou-se que o referido processo encontra-se baixado, tendo tramitado perante o 1º Juizado Especial Federal de Nova Friburgo/RJ. O Ilustre Diretor do Juizado Especial e o MM. Juiz Federal Titular Elmo Gomes de Souza foram comunicados da situação e se comprometeram a resolver a questão, a fim de promover o adequado acautelamento dos bens e a sua conseqüente destinação.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado e consultas ao Apolo, em 12/11/2015.

**→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(ART. 147 a 151 CNCR)**

De acordo com o questionário pré-correição, foi prestada a seguinte informação:

“A tramitação do JEF é, na sua quase totalidade, de processos eletrônicos, fato que diminuiu a quantidade de pastas e livros de controle. Os livros ainda utilizados, tais como livro carga, remessa de feitos ao MPF, etc, encontram-se regulares”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual:

“Os livros e pastas, obrigatórios ou não obrigatórios, foram regularmente inspecionados, estando em conformidade com os art. 148 e 151 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011, de 04/04/2011. Todos os livros e pastas utilizados no JEF estão em ordem”.

[...] “Atualmente as pastas de mandados, ofícios, cartas precatórias, editais e alvarás expedidos; bem como as pastas de sentenças e decisões interlocutórias proferidas, sejam em processos cíveis ou criminais, são mantidas exclusivamente por meio eletrônico de registro, na forma do art. 149 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região – Provimento nº T2-PVC-2011/00011, de 04/04/2011, e Provimentos nº T2-PVC-2011/00003, de 12/01/2011, e T2-PVC-2011/00004, de 15/02/2011, ambos da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, tendo sido as respectivas pastas físicas encerradas definitivamente”.

“O livro de carga e vista a advogados encontra-se em situação regular, sendo anotados com correção a entrega e o registro de devolução dos autos. Ao final da inspeção constatou-se a inexistência de processos com carga para as partes e com prazos expirados. Importante esclarece que maioria significativa do nosso acervo tramita na forma eletrônica, razão pela qual o livro carga tem tido pouquíssima utilização”.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/08884).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição:

“O prédio em que funciona a Justiça Federal em Nova Friburgo é bom, com salas amplas, os equipamentos de informática, em sua maioria, funcionam satisfatoriamente, não havendo no momento maiores considerações a serem feitas sobre o espaço físico.

Uma questão que merece ser ressaltada é que no ano de 2011 o prédio sofreu avarias pelo deslocamento de terra do terreno que fica em frente ao prédio. Apesar de algumas obras terem sido iniciadas no local somente no ano em curso, infelizmente as obras foram paralisadas e não há informações sobre seu reinício e término, situação que tornaria mais seguro o nosso local de trabalho.”

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/13571).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

- Metas de curto prazo (3 meses): *“Diminuir o intervalo de tempo entre a conclusão para sentença e a sua efetiva feitura.”*
- Metas de médio prazo (6 meses): *“Aprimorar rotinas e atividades para manter o acervo no mesmo nível atual, buscando aumentar o percentual de*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

processos novos em tramitação (hoje tal percentual é de cerca de 70% de processos com menos de 6 meses de tramitação)”.

- Metas de longo prazo (1 ano): *“Treinar e incentivar todos os servidores a buscarem aumentar seus conhecimentos, objetivando agilizar o processamento dos feitos com pedidos de tutela antecipada e a tramitação de todo o acervo”.*

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Carlos Alberto de Araújo Rocha, Mat. n.º 11.308

Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953

Marcia Fernandes Borges, Mat. n.º 15.548

Taissa Souza Medeiros, Mat. n.º 15.567

Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777